

GRANDE IMPRENSA E POLÍTICA EXTERNA: APONTAMENTOS PARA UMA ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA PARA A GRANDE IMPRENSA PERIÓDICA NO RIO DE JANEIRO (1890-1926)

*MAINSTREAM PRESS AND FOREIGN POLICY: NOTES FOR A THEORETICAL AND
METHODOLOGICAL APPROACH TO THE MAINSTREAM PERIODIC PRESS IN RIO DE
JANEIRO (1890-1926)*

Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail:
jonatanni@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1435-4219>.

Recebido em: 29/04/2025 | Aceito em: 10/12/2025.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

As relações entre imprensa e política ao longo da História é um campo do conhecimento historiográfico já bastante delimitado e com os seus cânones consagrados. No entanto, é igualmente importante a abordagem, a partir da História, das possíveis relações existentes entre a imprensa e a política externa de uma nação, bem como as possibilidades existentes de pesquisa e análise existentes entre a grande imprensa periódica e os rumos e definições da política externa de um país. Para o contexto brasileiro do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a denominada grande imprensa cumpria um papel de grande importância na construção e difusão de determinadas ideias de política externa, tal qual uma construtora e difusora de determinados mapas ou ambientes políticos frente ao público leitor de cada jornal. A imprensa, como única mídia de massas daquele contexto, pode ser percebida como um importante ator na criação e difusão de determinados mapas políticos para determinados contextos em específico, a partir de uma abordagem que leva em consideração a historicidade de cada jornal, além de percebê-lo tanto como fonte quanto como objeto de uma pesquisa histórica que procura desvelar o papel do periódico como um produtor e difusor desses ambientes políticos.

Palavras-chave: Grande imprensa; política externa; mídia impressa.

ABSTRACT

The relationship between the press and politics throughout history is a well-defined field of historiographical knowledge with its established canons. However, it is equally important to approach, from a historical perspective, the possible relationships between the press and a nation's foreign policy, as well as the possibilities for research and analysis between the major periodical press and the directions and definitions of a nation's foreign policy. In the Brazilian context of the late 19th century and the first decades of the 20th century, the so-called major press played a very important role in the construction and dissemination of certain foreign policy ideas, as a constructor and disseminator of certain political maps or environments for the readers of each newspaper. The press, as the only mass media in that context, must be perceived as an important actor in the creation and dissemination of certain political maps for specific contexts, based on an approach that takes into account the historicity of each newspaper, in addition to



perceiving it both as a source and as an object of historical research that seeks to reveal the role of the periodical as a producer and disseminator of these political environments.

Keywords: mainstream media; foreign policy; print media.



INTRODUÇÃO

Desde a invenção da máquina de impressão por tipos móveis por Gutemberg no século XV, mais conhecida como imprensa, a humanidade conheceu novas e revolucionárias formas de se comunicar e de fazer chegar informações e conhecimentos até virtualmente todos os cantos do mundo. Da imprensa de tipos móveis até as redes sociais do século XXI, o ser humano expandiu a sua capacidade de se comunicar de formas variadas e com uma velocidade sem precedentes. No entanto, com o avanço da tecnologia, principalmente da fibra ótica, da internet e da inteligência artificial, os tipos móveis descendentes da máquina de Gutemberg foram ficando obsoletos em sua materialidade, mas não em sua capacidade de informar, influenciar e transformar a sociedade em que atuam, agora sob novas formas. Se antes as informações vinham em sujos papéis que soltavam tinta ao serem manuseados, hoje chegam ao simples deslizar de um dedo no celular, alcançando públicos inimagináveis há menos de meio século.

Portanto, desde o século XV até os dias atuais, a mídia, de modo geral, e a imprensa, de modo específico, adquiriram aspectos e importância fundamentais para a nossa sociedade, interferindo e contribuindo para a construção de determinadas perspectivas políticas, sociais e econômicas da sociedade em que ela atua. Nesse contexto, como afirma Robert Darnton ao estudar o papel da imprensa no contexto da Revolução Francesa, “o poder dos meios de comunicação em moldar os fatos ao dar-lhes cobertura foi um fator crucial na Revolução Francesa, quando o jornalismo surgiu pela primeira vez como uma força nos negócios de Estado” (Darnton, 1990, p. 16). Sendo assim, confirma precisamente o importante historiador dos meios de comunicação, que “a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu” (DARNTON, 1990, p. 18).

Ao mesmo tempo em que encontramos a imprensa já desempenhando um papel importante nos rumos das políticas domésticas das nações europeias desde, pelo menos, o século XVIII, também no século XXI os diferentes meios de comunicação procuram exercer esta mesma influência, mesmo que a concorrência seja muito maior devido a acessibilidade provocada pela expansão da internet. Nesse sentido, para além dos ambientes políticos domésticos, a política externa de uma nação tende a também ser percebida e influenciada pelas ações – ou omissões – dos diferentes órgãos de imprensa existentes naquela sociedade. Para a disciplina da História,



enquanto a relação entre imprensa e política externa já se encontra bem estabelecida e com os seus cânones historiográficos consagrados, o mesmo não ocorre com a relação entre a imprensa e a política externa de um Estado.

Compreendendo a complexidade existente entre os campos da política doméstica, da política externa, da imprensa e da História, na medida em que os diferentes contextos históricos precisam ser historicizados, balizando os fenômenos históricos no tempo e no espaço, o presente artigo pretende realizar um apanhado teórico e metodológico sobre as possíveis relações teóricas, para fins de análise, existentes entre esses diferentes campos. É importante também salientar que essas relações podem ser estabelecidas e analisadas a partir de diferentes vieses se olharmos para o tema tendo como ponto de partida um desses campos.

Neste artigo, partiremos primordialmente de uma perspectiva histórica, tanto teórica quanto metodologicamente, das possíveis relações analíticas que podem ser estabelecidas entre o campo da política externa e o da grande imprensa, entendida nos termos de Nelson Werneck Sodré. Como nos informa o autor, o desenvolvimento da imprensa está intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo (Sodré, 1983, p. 1). Ao final do século XIX, os setores da moderna imprensa compreendem que o desenvolvimento tecnológico poderia ser utilizado para expandir os seus mercados e “logo a grande imprensa capitalista compreendeu, também, que é possível orientar a opinião através do fluxo de notícias” (Sodré, 1983, p. 4). Nesse sentido, a imprensa se torna não apenas o fruto dessa expansão da modernidade, mas também uma promotora da própria modernidade que a criou. Ou seja, o objetivo principal deste trabalho está em apresentar, de forma introdutória e panorâmica, diferentes chaves e ferramentas interpretativas ao leitor para que este possa, em suas próprias pesquisas, estabelecer possíveis relações entre as definições e rumos da política externa de um país com os papéis e influências que a grande imprensa pode estabelecer neste contexto, sempre a partir de uma perspectiva historicizante, ou seja, considerando os contextos político-sociais da sociedade em que o jornal atua e influencia.

Portanto, é importante de início destacar, conforme nos informa José D’Assunção Barros, que é preciso “compreender o jornal não como um veículo passivo e neutro de informação, mas também como um sistema capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de



comunicação que nada tem de neutro, [...] como agentes e instrumentos capazes de interferir na história” (Barros, 2023, p. 12).

Também é importante ressaltar o recorte temporal adotado neste artigo, ou seja, o período de tempo em que acreditasse que as chaves teórico-metodológicas sugeridas as quais demos enfoque podem ser de maior validade para um pesquisador. A partir do invento e da popularidade do rádio, passando pela televisão e pela internet, os meios de comunicação passaram a adquirir uma velocidade cada vez mais exponencial, além de tornar-se mais acessível a um número cada vez maior de pessoas e também a diferentes perspectivas que esses mesmos meios de comunicação expressam. Portanto, o enfoque deste artigo destina-se a analisar, principalmente, as sociedades que tinham apenas a imprensa escrita como o seu principal meio de comunicação, mesmo com o rádio sendo introduzido aos poucos. Assim, temos como foco de análise prática e empírica o caso da grande imprensa do Rio de Janeiro entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX, período este que foi reconhecido pela historiografia especializada como sendo de expansão e consolidação da moderna imprensa brasileira, iniciando o que denominaríamos como “grande imprensa” (Sodré, 1983; Barbosa, 2007). Embora tenhamos como foco um recorte temporal e espacial bem definido, aproximações cautelosas podem ser estabelecidas com outros momentos e contextos históricos, tanto no Brasil como no restante do mundo. No entanto, esses paralelos precisam ser contextualizados de acordo com o mundo que se apresenta, principalmente em contextos de maior multiplicidade de outros meios de mídia, notadamente com o advento da internet e das redes sociais.

APONTAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DA POLÍTICA EXTERNA A PARTIR DA GRANDE IMPRENSA PERIÓDICA

Os trabalhos intelectuais ao nível acadêmico sobre as relações entre imprensa e política são vastos e já bem conhecidos. Há um grande número de pensadores que já se debruçaram sobre qual é o papel que a imprensa, ou a mídia de um modo geral, possui sobre o mundo da política, ou sobre como uma área influencia ou se confunde com a outra. No entanto, agora devemos nos dedicar melhor sobre as relações específicas que podem ser estabelecidas entre a imprensa e a política externa, passando também pelas questões relativas à opinião pública.



Inicialmente, podemos afirmar que muitas das perspectivas utilizadas para a análise entre imprensa e política doméstica podem ser transpostas para a área externa. No entanto, como vamos procurar demonstrar e concluir, algumas especificidades podem ser elencadas. Nesse sentido, para um melhor entendimento e compreensão dos conceitos e metodologias que serão abordados daqui em diante, este tópico será subdividido, de modo que possamos perpassar por conceitos mais gerais – como o entendimento da imprensa tanto como fonte como objeto de pesquisa-, bem como tópicos mais específicos, sobre as possíveis relações teórico-metodológicas existentes entre os diferentes conceitos aqui abordados e quais as suas implicações para uma análise da política externa a partir da imprensa periódica.

O jornal como fonte e objeto de pesquisa

É importante destacar que temos muito a ganhar ao ter o cuidado e o rigor, além de ser uma opção teórico-metodológica, de compreender o jornal tanto como fonte quanto objeto de pesquisa. Isso implica afirmar que os jornais periódicos, assim como qualquer outro meio de comunicação e mídia, não podem ser compreendidos e analisados a partir da perspectiva única de ser apenas locais onde acessamos com o objetivo de colher informações empíricas sobre o passado, quase como um glossário do tempo. Para muito além disso, os jornais devem ser entendidos como eles próprios portadores de uma lógica, de uma história e de uma historicidade, pertencentes a um determinado tempo e com as suas próprias características.

Nesse sentido, como nos adverte o importante historiador da imprensa e da mídia Jean-Noel Jeanneney sobre o que aqui chamamos de compreender o jornal também como um objeto de pesquisa e não apenas como fonte, que

[...] o estudo das relações de poder, conflitantes ou convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesmas.[...] todos esses pequenos universos e muitos outros mereceriam também ser estudados por dentro, com cibernética cotidiana das decisões tomadas (Jeanneney, 2003, p. 224).

Assim sendo, os jornais e a imprensa serão, aqui compreendidos, tanto pelo seu lado informativo a partir da leitura daquilo que é factual, ou seja, do seu lado enquanto fonte de



informações, mas também como objeto de análise, pois o periódico, de forma dialética e orgânica, também possui as suas próprias complexidades e características e toda e qualquer informação presente (ou mesmo ausente!) do jornal, contribui para formá-lo e identificá-lo. Cada informação, notícia, propaganda, ou mesmo o seu preço e a diagramação, tiragem e por onde circula e quem o comercializa, tudo isso, tomando o jornal como objeto de análise, ajuda a construir não apenas a trajetória do jornal, mas nos ajuda a identificar o seu público leitor, a sua linha editorial e mesmo quais ideias estão nele contidas e o porquê delas ali estarem.

Como nos informa Renée Zicman, e nisso concordamos, “partimos da hipótese geral que a imprensa age sempre no campo político-ideológico e, portanto, toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de imprensa consultados. [...] [Sendo assim,] todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro” (Zicman, 1985, p. 90). É também neste sentido, a partir de uma análise empírica do jornal, que também o observamos e o encaramos tanto como fonte quanto como objeto de estudo. Nesse sentido, podemos concordar com Zicman e, aprofundando a sua tese, afirmar que a imprensa é tanto um ator político quanto um meio por onde a política se expressa. Compreendemos, portanto, a imprensa, em primeiro lugar, como um importante ator político que cria, expressa, defende e divulga determinadas ideias políticas de acordo com uma série de pressupostos ideológicos ou de classe. Além disso, a imprensa adquire o duplo papel de também ser o meio em que essas mesmas ideias são difundidas e propagadas frente ao seu público leitor, contribuindo para a construção de determinadas ideias frente à opinião pública.

Além disso, pode a imprensa também exercer a função específica de ator na política externa de uma nação, na medida em que ela contribui, a partir das definições expostas acima, com a formulação e divulgação da política externa. Nesse sentido, a imprensa periódica ajudou a formular e difundir diferentes visões de política externa, contribuindo na formação de um público leitor específico e nos próprios rumos tomados pelos outros agentes de política externa, como diplomatas, ministros e os próprios chefes do executivo de uma nação. Assim, compreendemos o jornal, pelo menos aqueles que se propõem a ter sessões sobre política externa e relações internacionais e divulgando notícias, artigos e dedicando parte de seus editoriais ao assunto,



também como atores de política externa, e não somente como reprodutores de uma política externa já previamente definida pelo governo de plantão.

Ainda nesse sentido, para realizarmos uma análise criteriosa e científica de um jornal, compreendendo-o como um objeto de exposição simultânea, imediata e contextualizada dos conteúdos, nos obriga a um procedimento metodológico que deveria ser obrigatório para a análise de qualquer fonte, qual seja, a conexão do conteúdo com um contexto e com outros elementos sincrônicos (Zicman, 1985, p. 90). Toda esta contextualização não é uma mera formalidade acadêmica da área de História, mas sim, uma obrigação teórica e metodológica, se compreendermos que qualquer agente histórico, seja um ser humano ou um grupo político-social, age dentro das balizas da sua época. Assim, poderemos compreender muito melhor as decisões e atitudes tomadas por esses mesmos agentes. Descrever e compreender o contexto nos ajuda a analisar quais eram as margens sociais e políticas que estavam colocadas em jogo dado aquele contexto específico, ou seja, é sempre preciso historicizar as ações dos agentes políticos.

A imprensa periódica: polifonia de ideias, a busca pela legitimidade e a opinião pública

Avançando na análise de um jornal periódico, de forma genérica, se apoiando em Paul Ricoeur, a pesquisadora das mídias e imprensa Marialva Barbosa compreende o texto de jornal como uma produção comum do autor e do leitor. “Essa leitura induz a novas formas de ver o mundo, de configurar a realidade, ao produzir interpretações que muitas vezes retornam às páginas do jornal sob a forma de novos textos, num círculo interminável produção/leitura” (BARBOSA, 2007, p. 64). Portanto, a autora não compreende a imprensa como uma instituição à parte da sociedade e estanque das pressões dos leitores. Pelo contrário, a imprensa é percebida de forma dialética, fruto de uma constante interação entre autor/leitor.

Nesse sentido, podemos dialogar com o exposto pelo historiador José D’Assunção Barros ao refletir sobre a relação da imprensa com os poderes dominantes. Para o autor,

Há que considerar também que um mesmo jornal pode se afirmar preponderantemente como lugar de apoio aos poderes dominantes, ainda que abrigando sessões e frestas nas quais podem se expressar resistências a estes mesmos poderes. Tal se dá em virtude da natureza polifônica dos jornais – os quais são constituídos pela concomitância de textos multiautorais, conforme já



salientamos – e também em decorrência do fato de que estes textos são habitualmente orientados ou mediados por metas que sinalizam a intenção de conservar o respeito, a atenção e o interesse de diferentes segmentos do público leitor. O jornal tem posições a sustentar, mas também tem um público pelo qual zelar (Barros, 2023, p. 118).

Nesse sentido, José D'Assunção Barros reflete sobre algo em que levaremos muito em consideração. Ao analisar um jornal, principalmente no recorte temporal que aqui estamos considerando, não podemos perder o foco de que ali se expressam múltiplas vozes, por vezes dissonantes. As vozes dissonantes no jornal existem também pelo fato de termos uma imprensa em vias de modernização e preparando a sua entrada nos moldes capitalistas, nos termos expostos por Sodré (1983) e Marialva Barbosa (2007) para o contexto brasileiro das primeiras décadas do século XX. O que o autor chamou de polifonia nas abordagens do jornal é justamente em decorrência dessa modernidade que também se expressa, ao mesmo tempo em que o jornal também ajuda a criar. Possuir vozes dissonantes no mesmo jornal, portanto, não significa “imparcialidade” ou “isenção”. Quando um jornal abre espaço para alguns articulistas publicarem suas opiniões que, por vezes, podem ser dissonantes da sua linha editorial, isso se deve a este caráter polifônico apontado por Barros, fruto da modernidade que alcança os jornais que, neste momento, buscam junto aos seus leitores uma certa legitimidade frente a um público leitor mais amplo. Um meio de atingir esta legitimidade seria justamente a incorporação, em sessões específicas do jornal, dessas opiniões divergentes, servindo como um álibi para uma suposta imparcialidade que o periódico gostaria de alcançar.

No entanto, como temos demonstrado, também encararemos o jornal como um importante ator político, capaz de formar e informar parcelas da opinião pública de acordo com os seus interesses, sejam eles explícitos ou não. Portanto, por mais que ocorram vozes dissonantes em um jornal, há inegavelmente uma linha editorial bem definida e o destaque e relevância das principais notícias, artigos e editoriais normalmente não fogem muito a essa linha central. Cada jornal defende e divulga um determinado mapa e ambiente político específicos, mesmo que, eventualmente, abrindo espaços para algumas discordâncias. Como o próprio Barros posteriormente informou, é preciso



Compreender o jornal não como um veículo passivo e neutro de informação, mas também como um sistema capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada tem de neutro é fundamental para termos a devida consciência da função dos jornais como agentes e instrumentos capazes de interferir na história (Barros, 2023, p. 12).

Na relação entre a imprensa e o Estado, concordamos com Antonio Gramsci ao pensar o Estado de forma ampliada, ou seja, quando o Estado busca formas de iniciar uma ação que pode não contar com a aceitação popular, procura criar uma opinião pública favorável a isso antecipadamente (Gramsci, 1999, vol. 3). Neste caso, o estado atuaria como organizador e centralizador de certas entidades civis (Almeida, 2011, p. 127) e a imprensa, portanto, teria um papel central na criação e difusão desses consensos frente à opinião pública, mesmo antes das ações serem efetivamente adotadas. A imprensa favorável ao governo, dentro da ideia de um Estado ampliado, atuaria como um órgão de promoção de ideias deste governo em política externa, ajudando a criar uma aceitação prévia frente à opinião pública sobre as suas ações.

Sendo assim, ainda abordando o conceito de hegemonia em Gramsci coadunado com a posição da imprensa frente a sociedade e os poderes estabelecidos, segundo Jorge Almeida,

A hegemonia se faz, assim, como combinação de coerção e consenso. E o consenso se constrói através de concessões econômicas secundárias e do convencimento político e ideológico. A mídia tem, neste sentido, um papel notável neste esforço permanente e cotidiano de convencimento. E não somente em relação a questões particulares e conjunturais, mas especialmente de construir esta representação social do estado que, mesmo sendo um organismo classista, procura se expressar como sendo o portador de “todas as energias nacionais” (Almeida, 2011, p. 123).

Ainda na perspectiva da imprensa como importante órgão utilizado na criação de consensos, Chanan Naveh confirma que, na arena diplomática das relações internacionais,

os líderes usam a mídia para manter as opções em aberto e ao mesmo tempo criar consenso. Aqui, a mídia, definindo agendas de políticas e estimulando o apoio popular às políticas, fornece ferramentas para os líderes afirmarem o controle. Além disso, a equipe de um líder pode utilizar a mídia para entregar mensagens específicas a públicos específicos (Naveh, 2002, p. 10).

Portanto, já se pode descartar de partida toda e qualquer ideia de uma pretensa neutralidade ou imparcialidade na ação da imprensa frente à opinião pública. Todo órgão de mídia é um veículo



de opinião, no sentido de que todo jornal expressa uma determinada visão sobre a política, podendo ela ser mais ou menos explícita. Como também afirmam Guareschi e Biz,

é absolutamente ridículo, como fazem determinados jornais, afirmar, até mesmo em editoriais, sua neutralidade, ou objetividade. Tais afirmações depõem contra o próprio meio de comunicação. Esse discurso dos proprietários da Mídia é no sentido de realçar sua neutralidade, isenção, independência, seu apartidarismo. Entretanto, tal discurso mais serve para iludir, que para esclarecer, pois, é útil lembrar que a seleção do que é ou não um fato jornalístico pressupõe, por si mesmo, uma escolha, um julgamento (Guareschi; Biz, 2005, p. 70).

Aprofundando um pouco mais sobre o que compreendemos sobre a relação entre imprensa e política externa, mas ainda pensando de uma forma geral sobre as relações entre imprensa, política e opinião pública, Walter Lippmann afirma que a opinião pública toma como fato não o que é, mas o que ela imagina que seja a realidade. Essa seria uma falsificação do real ou, nas palavras do autor, um “pseudo-ambiente” (pseudo-environment). Dessa forma, afirma Lippmann que “[...] a maneira em que o mundo é imaginado determina em qualquer momento particular o que os homens farão. [...] Ela determina os seus esforços, os seus sentimentos, as suas esperanças, [mas] não as suas realizações e resultados” (Lippmann, 1998, p. 25-26). Assim sendo, Lippmann deixa claro que os “pseudo-ambientes” não necessariamente serão falsos. Segundo o autor, estes podem ser verdadeiros, falsos ou uma mistura dos dois. O que Lippmann chama de “pseudo-ambientes” seriam criados, em grande parte, com a ajuda da imprensa. O autor considera a imprensa como o principal meio de contato com a realidade que as pessoas não experimentam de forma direta, principalmente se considerarmos contextos sociais onde o jornal impresso era o único meio de comunicação de massas que existia.

Nesse sentido, o autor encara a imprensa como fornecedora de informações que servirão de base para formar a visão política da opinião pública (Lippmann, 1998). Apesar de concordar também com a ideia dos “pseudo-ambientes”, no entanto, podemos aprofundar mais essas visões de Lippmann, pois consideramos que a análise para a política externa é um pouco mais complexa e as visões de Lippmann ainda são um pouco superficiais para o nosso propósito.

No entanto, cabe aqui uma breve explanação sobre o que compreendemos por opinião pública e como ela se relaciona com a imprensa e a política externa. É de grande importância



definirmos o que é a opinião pública neste caso específico em que estamos analisando. De modo geral, como nos adverte Nicola Matteucci, a

opinião pública é de um duplo sentido: [...] como “opinião”, é sempre discutível, muda com o tempo e permite a discordância: na realidade, ela expressa mais juízos de valor do que juízos de fato [...]. Enquanto “pública”, isto é, pertencente ao âmbito ou universo político, conviria antes de falar em opiniões no plural, já que neste universo não há espaço apenas para uma verdade política, para uma epistemocracia. A opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião, por ser *doxa* e não *episteme* (Matteucci, 2007, p. 842).

Portanto, é muito difícil pensar que haja apenas “uma” opinião pública, uníssona e uniforme. Em uma sociedade extremamente complexa, onde convivem diferentes grupos sociais, políticos e econômicos, é difícil imaginar que haja um único viés na percepção de toda a população frente a qualquer acontecimento político. De acordo com Walter Lippmann, citado por Bernard Cohen, inclusive, a imprensa foi a responsável por criar uma força mística chamada opinião pública e que, em um mundo complexo, com divisão do trabalho e do poder, o mundo não pode ser governado por uma opinião universal de toda a população (Lippmann apud Cohen, 1963, p. 250)

Pensando especialmente na relação entre opinião pública e política externa, que é o que aqui nos interessa de forma mais próxima, Risse-Kappen propõe uma distinção entre: (a) a opinião pública de massa (*mass public opinion*), caracterizada pelo baixo interesse em todas as questões de política externa; (b) o público atento (*attentive public*), constituído por aqueles que têm um interesse geral em política externa; e (c) os públicos de questões específicas (*issue publics*), que são particularmente atentos a questões específicas (Risse-Kappen, 1991, p. 482). Por esta definição, o autor divide a opinião pública em política externa de acordo com os interesses despertados em cada grupo de pessoas, sendo mais útil para uma análise sobre como determinados grupos da opinião pública compreendem diferentes ideias de política externa. No entanto, é muito difícil apreender como se dá a recepção das ideias de política externa na opinião pública de forma geral, mas a definição de Risse-Kappen nos ajuda a traçar quem era, provavelmente, o público leitor de cada jornal em cada contexto específico, o que pode contribuir para uma elaboração mais complexa dos próprios mapas políticos que eram traçados. Mesmo assim, estes apontamentos são necessários na medida em que podemos destrinchar um pouco



melhor quem era este público leitor que ajudava a construir, de modo geral, a chamada “opinião pública”.

Desse modo, ainda pensando na atuação da imprensa na formação da opinião pública, Rodrigo Cerqueira nos lembra que uma forma que a imprensa ajuda a influenciar as tomadas de decisão em política externa é por meio, justamente, da opinião pública. De acordo com Cerqueira, “a imprensa revela [...] aspectos da inserção internacional do país que passariam despercebidos para o público ou aos quais ele não teria acesso de outra forma” (Cerqueira, 2005, p. 27). Neste caso, a imprensa pode servir como um meio de divulgação de ideias que procuram legitimar determinadas ações de política externa, de forma prévia ou posterior à ação do policy maker responsável e, nesse sentido, se aproximando do já exposto por Antonio Gramsci.

Na sua relação com a política externa, a mídia adquire características ainda mais específicas e complexas. É possível refletir que a atuação da mídia, no sentido da sua capacidade de construir e disseminar realidades sociais por meio de seu discurso cotidiano, compartilha com os outros agentes políticos a função de constituir a definição de regras, identidades e interesses. Em um movimento dialético, igualmente, a mídia é constituída e influenciada pela estrutura da realidade política internacional (Camargo, 2012, p. 27). Esta concepção se aproxima da perspectiva de Christopher Hill com relação à ação recíproca entre os recursos doméstico e externo de um país na ação de política externa. Todo analista deve pensar nestes dois caminhos: a política externa tem as suas fontes domésticas e a política doméstica tem as suas influências externas (Hill, 2003, p. 39). Esta concepção é muito valiosa, pois sempre devemos ter em consideração que as ações de política externa sempre possuem um componente doméstico, seja o externo querendo influenciar alguma situação doméstica ou, ao contrário, alguma situação doméstica influenciando uma determinada postura externa. Neste contexto, será sempre importante considerar os acontecimentos da política doméstica que muito poderão ajudar a compreender as ações externas e, por consequência, a compreender quais são as intenções na construção de determinados mapas políticos construídos e difundidos pelos jornais.



Imprensa e política externa: o seu papel de criação e difusão de mapas e ambientes políticos

Sendo mais específico, o pesquisador sobre as relações entre mídia e política externa Chanan Naveh nos explica que “[a mídia] pode ser descrita como a ferramenta que expressa as interpretações não-governamentais e expectativas de vários membros ou grupos da sociedade, assim como uma ferramenta que o governo usa para expressar a sua política estatal – ou dominante – na mídia” (Naveh, 2002, p. 2). Dentro da perspectiva da política externa, o autor cria a concepção da mídia como o ambiente em que a decisão de política externa acontece em dois momentos: é tanto um meio de saída das decisões (divulgação) como de apropriação por parte dos leitores (opinião pública). Ao mesmo tempo, a mídia cria o ambiente onde a política externa atua, como também a reporta e noticia (Naveh, 2002, p. 4). Segundo o autor, portanto,

A mídia (em todos os seus vários aspectos) forma um importante componente do ambiente que os tomadores de decisão de política externa levam em consideração enquanto eles desenvolvem suas políticas, assim como é um componente de vazão política (outputs) das decisões do governo. A mídia é uma parte crucial do ambiente de tomada de decisões em política externa, um ambiente que não deve ser considerado apenas como o estágio de entrada (input) do processo, mas muito mais como um contexto geral e como um ambiente de saída (output) no qual os líderes fazem políticas (Naveh, 2002, p. 2).

Para o autor, refletindo sobre a mídia e a sua relação com a política externa mais especificamente,

Essa estrutura percebe as redes de comunicação de massa como partes dos ambientes nos quais o ator internacional (principalmente os Estados-nação) existe e age. A mídia tem um papel duplo nesses ambientes. Primeiro, eles fornecem entrada no processo como uma variável independente adicionada aos ambientes; segundo, faz parte do ambiente que os formuladores de política externa tentam afetar ou influenciar ao tomar suas decisões (Naveh, 2002, p. 4).

Esta percepção dialética da imprensa é muito importante, pois destaca esta relação de mão dupla que a imprensa possui, próximo do já pensado por Marialva Barbosa anteriormente. Portanto, podemos considerar a imprensa como uma importante criadora e difusora de um determinado “ambiente” para o seu público leitor. Será neste “ambiente político” que o jornal ajuda a criar, que os agentes de política externa realizarão as suas tarefas e atividades de uma forma mais legítima perante a opinião pública. Nesse sentido, tanto em governos democráticos ou mais autoritários, é preciso legitimar as suas ações frente à opinião pública. Assim, os jornais de



grande circulação podem contribuir decisivamente na construção de ambientes, ou seja, de ideais de política externa favoráveis a essas ações, legitimando as atitudes de seus policy-makers. No entanto, também podemos pensar no caminho inverso: setores da sociedade que são oposição ao governo ajudam a construir ambientes negativos para essas mesmas ações, deslegitimando as atitudes e posições assumidas pelo mesmo governo.

Nesse sentido, queremos ponderar que os jornais atuam, dialeticamente, como apoiadores e promotores de uma determinada perspectiva da ação externa do país. A criação de um “ambiente” específico, favorável ou não, às ações de política externa, é o que os jornais do início do século XX, ou mesmo a grande mídia do século XXI, podem fazer para promover ou deslegitimar determinada política externa.

É na descrição do ambiente político e na sugestão de alternativas políticas objetivando oferecer a melhor promessa de gerenciamento do ambiente que, para Naveh, encontraremos a imprensa “desempenhando um papel tão importante no pensamento sobre política externa. Essa função de ‘elaboração de mapas’ da imprensa é central para o impacto real da imprensa no campo da política externa” (Naveh, 2002, p. 5). Nesse sentido, portanto, a imprensa adquire papel fundamental para um estudo mais complexo da política externa. De acordo com Bernard Cohen, outro importante autor sobre o tema,

Para a maioria do público de política externa, o mapa político realmente eficaz do mundo – ou seja, seu mapa operacional do mundo – é desenhado pelo repórter e pelo editor, não pelo cartógrafo. [...] *A imprensa [...] pode não ser bem-sucedida na maioria das vezes em dizer às pessoas o que pensar, mas é incrivelmente bem-sucedida em dizer aos leitores o que pensar sobre* [grifos próprios]. E daí decorre que o mundo parece diferente para pessoas diferentes, dependendo não apenas de seus interesses pessoais, mas também do mapa que é desenhado para elas pelos escritores, editores e publicadores dos artigos que lêem (Cohen, 1963, p. 12-13).

Para Cohen, inclusive, os repórteres de relações exteriores e política internacional – e a eles podemos estender as agências de notícias internacionais e os correspondentes internacionais – são atores importantes no processo, pois tentam influenciar as opiniões do público e mesmo dos funcionários do governo (Cohen, 1963, p. 39). Nesse sentido, fica cada vez mais visível o papel e a importância que cada agente de um jornal tem – inclusive o jornal como um todo – na criação e divulgação de determinadas interpretações sobre as relações internacionais e a política externa do



governo ao qual o jornal está apoiando ou criticando, ou seja, de um determinado mapa ou ambiente político específico.

Portanto, a percepção de Chanan Naveh, complementada pela de Bernard Cohen, é de grande importância na percepção da imprensa como importante campo político de formação e informação ao público leitor de uma visão específica de política externa, contribuindo para que setores da população formem uma opinião favorável ao seu pensamento sobre política externa, ou, no caso de jornais de oposição, de um mapa político contrário aos interesses do governo ou de determinado grupo político. O conceito de “ambiente” ou “mapa político” acreditamos ser norteador para a compreensão das diferentes visões e perspectivas criadas e difundidas pelo jornal. Seguindo o proposto por Naveh, é na descrição de um mapa político específico que podemos perceber a importância da imprensa nos assuntos de política externa, principalmente no contexto histórico pré-rádio, televisão e internet. Embora o pensado por Naveh e Cohen possam, de alguma forma, ser transposto para a análise da mídia contemporânea do século XXI, as suas formas de entendimento sobre as relações entre imprensa e política externa, à luz da História, fazem mais sentido de uma perspectiva historicista, onde os meios de comunicação de massa eram restritos à mídia impressa, ou pelo menos enquanto eles eram majoritários.

Próximo ao exposto por Naveh, Barros também afirma a importância na criação do que o autor chama de “análises da realidade”:

Se o jornal transmite informações, ele também produz opiniões, discursos, análises da realidade que são geradas na sociedade envolvente e que a ela retornam. São capazes, os jornais, de revelar verdades e aspectos da realidade que certos interesses políticos e econômicos prefeririam conservar ocultos; mas é também dos jornais a possibilidade de construir meias-verdades, de silenciar sobre certos fatos e não outros, de selecionar e redefinir a informação a ser transmitida (Barros, 2023, p. 12-13).

Na ausência de outro meio de comunicação de massas, as informações de política internacional e de política externa que chegavam até a maioria das pessoas eram realizadas basicamente via jornais da grande imprensa. Além desse suporte, apenas em livros ou com relatos diretos de pessoas que acabaram de chegar do exterior é que informações desse tipo podiam ser colhidas, mas não com o mesmo impacto de um relativo imediatismo proporcionado pelo avanço dos meios de comunicação, nesse caso, o telégrafo.



Retornando, portanto, seria nas arenas diplomático-cooperativas das relações internacionais, que os líderes usam a mídia para manter as opções em aberto e, ao mesmo tempo, criar consenso:

Aqui, a mídia, definindo agendas de políticas e estimulando o apoio popular às políticas, fornece ferramentas para os líderes afirmarem o controle. Além disso, a equipe de um líder pode utilizar a mídia para entregar mensagens específicas a públicos específicos. [...], o papel da mídia como promotor de debates públicos sobre questões políticas pode ser usado como uma ferramenta para obter apoio e inclinar a opinião pública. [...] Mas está claro que uma decisão não é tomada no vácuo e que o ambiente da mídia é um entre vários ambientes ecológicos entre os quais esse processo acontece (Naveh, 2002, p. 10-11).

Portanto, o ambiente político construído pelos jornais ajudava a construir um mapa político específico sobre a política externa que dificilmente poderia ser contestado por outras fontes. Talvez os membros da elite política e econômica poderiam ter outras formas de acesso a essas informações (por meio de livros ou pelo contato direto a partir de viagens, ou mesmo em palestras acadêmicas e encontros em cafés), mas a maioria da população da classe média urbana alfabetizada tinha o jornal como principal construtor de mapas e ambientes sobre as relações internacionais e a política externa. Para a política doméstica de uma nação, a relação poderia ser dada de forma mais ampla, pelo simples boca-a-boca ou de debates nos bondes. Mas sobre a política externa as informações eram mais restritas, sendo divulgadas basicamente pelos jornais da grande imprensa. É neste sentido e sob essas perspectivas que podemos fundamentar a análise da relação entre imprensa e política externa, compreendendo a imprensa como promotora e divulgadora de determinados ambientes e mapas políticos ao seu público leitor. Nesse sentido, cada jornal contribuía para construir um mapa político diferente, com as suas próprias especificidades. Mesmo jornais que seguem linhas editoriais muito próximas, se analisados com a devida minúcia e rigor, acabam revelando, mesmo que sutilmente, diferentes perspectivas sobre o mesmo fato.

Ainda sendo muito objetivo e específico, Cohen é preciso ao afirmar a importância da imprensa na descrição e sugestão de como gerir o ambiente político nas relações internacionais e na política externa. Segundo o autor,

É aqui, na descrição do ambiente político e na sugestão das alternativas de política que mais prometem administrar esse ambiente, que encontraremos a imprensa desempenhando um papel tão importante no pensamento atual sobre política externa.



Essa função de "fazer mapas" da imprensa é muito fácil de ignorar, porque o jornal faz parte de nossa vida cotidiana, como a xícara de café da manhã com a qual está intimamente associado. É esquecido também por causa de uma tendência geral de considerar as notícias como objetivas ou factuais e, portanto, de pensar no possível impacto da imprensa em termos de persuasões editoriais (Cohen, 1963, p. 12).

A mídia, que neste caso se expressa a partir de seu formato periódico e impresso, adquire também uma função de criar "pedagogias culturais", nas palavras do pesquisador Douglas Kellner (2001, p. 10). Segundo Kellner, a mídia teria o poder de "nos ensinar como nos comportar e o que pensar e sentir, em que acreditar, o que temer e desejar – e o que não" (KELLNER, 2001, p. 10). Neste sentido, Kellner é preciso ao perceber que todo produto cultural - e aí está incluída a imprensa, além do cinema, da televisão, do rádio e de outros meios culturais – é um diagnóstico crítico da sociedade que o produziu (Kellner, 2001), o que implica em afirmar que a imprensa está inserida em um contexto sócio-espacial específico e que acaba se tornando um elemento crítico de sua própria sociedade na medida em que ajuda a criar e difundir os seus próprios elementos culturais. No contexto em específico aqui analisado, os jornais contribuem para criar e difundir mapas e ambientes políticos específicos para a política externa, como já afirmamos, como resultado dessas visões que são explicitadas e divulgadas pela mídia impressa. Para Kellner, "a cultura da mídia é um terreno em disputa no qual grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos [público leitor] vivenciam essas lutas por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia" (Kellner, 2001, p. 10-11).

Também tentando compreender os jornais da grande imprensa em si, ao mesmo tempo sendo fonte e objeto de análise, o noticiário internacional propriamente dito normalmente são reproduções de outros jornais estrangeiros ou agências de notícias no que tange a essa temática, e isto vale primordialmente para os jornais da grande mídia brasileira entre o final do século XIX e o pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), período em que as agências de notícias internacionais se expandiram (Camargo, 2012, p. 54). No entanto, como procuramos defender, mesmo a simples informação de acontecimentos possui um viés opinativo, dependendo do destaque ou enfoque que é dado àquela notícia, ou mesmo se ela foi "esquecida" pelo jornal. Se a informação é manchete em um jornal e apenas uma pequena nota na quarta página de outro, por exemplo, mostra o caráter parcial na divulgação da informação. Como nos adverte José D'Assunção Barros,



a pretensa objetividade das informações, mesmo na aparente exposição mais pura de dados, vem sempre mesclada às opiniões, escolhas e decisões daqueles que elaboram o discurso jornalístico ou que disponibilizam as informações na imprensa. No jornal, as informações e opiniões são duas ordens de discursos que se alternam, interagem entre si, e por vezes se fundem em uma coisa só (Barros, 2019, p. 199).

O jornal, nesse caso, não se torna apenas fonte de pesquisa, mas também ele próprio o objeto de análise. Entender a imprensa periódica a partir dessa perspectiva nos faz compreendê-la como uma fonte complexa e rica, com suas dinâmicas e metodologias próprias de análise. Perceber e analisar notícias explícitas ou escondidas também contribui para a realização de uma análise mais precisa e complexa nas definições dos mapas políticos então construídos e difundidos.

Portanto, neste contexto, José D'Assunção Barros nos confirma que “a posição física de uma determinada matéria jornalística, que geralmente nada tem de gratuito, já nos diz muito sobre a sua valorização e visibilidade” (Barros, 2023, p. 107). Ou seja, o posicionamento de uma simples notícia, ou mesmo o seu esquecimento, podem dizer muito sobre o mapa político que o jornal está querendo construir e informar aos seus leitores. Ainda segundo o autor, “ao sul de cada página, a matéria perde visibilidade, e conseqüentemente o seu valor simbólico. Para um cantinho destas, pode ser relegada a matéria rápida e curta que se precisa dar, mas que não se deseja dar” (Barros, 2023, p. 108).

Portanto, se faz cada vez mais necessário estabelecer e evidenciar o importante papel que a imprensa possuía na formação e informação de determinadas visões e perspectivas de política externa, expressando os interesses vinculados a cada periódico. No século XXI, onde os meios de comunicação ganharam uma expressão monumental e em diferentes meios e plataformas de difusão, esta percepção ainda é válida, embora necessite de estudos e mecanismos de pesquisa específicos, justamente pela diversidade e relativa “democratização” dos meios de comunicação.

Neste sentido, o lugar de produção de um jornal, ou seja, o seu contexto, é de extrema relevância para que possamos realizar qualquer tipo de análise. Segundo Barros ao se analisar um jornal, “antes de todas as questões mais específicas que devem ser consideradas, é produzido em uma época, no interior de uma sociedade, em um contexto histórico a ser compreendido, sob certas circunstâncias, e a partir de determinadas possibilidades econômicas e materiais que sustentam o seu empreendimento” (Barros, 2023, p. 51). Ou seja, é necessário sempre historicizar



a análise de um jornal, inserindo-o em um contexto específico. Caso contrário, corremos o risco de cometer anacronismos ou mesmo de realizar interpretações equivocadas, fugindo de um trabalho com rigor científico.

Sobre a importância de historicizar e contextualizar um jornal, uma questão diferencial importante fica logo evidente, e diz respeito quanto à diversidade dos meios e formas de comunicação em massa. Se hoje temos a internet, redes sociais, rádio, televisão e a própria mídia impressa, no início do século XX apenas esta última era disponível, com o rádio entrando em cena apenas em 1922 no Brasil e ganhando popularidade somente nos anos 1930. Assim sendo, precisamos sempre levar em consideração que a mídia impressa era o único meio de comunicação em massa disponível para a população letrada, e mesmo para a analfabeta, que poderia receber e interagir com determinadas informações a partir das conversas em cafés, nos bondes ou mesmo nas ruas e praças das cidades.

Por fim, abordando as questões mais metodológicas para o estabelecimento das relações possíveis entre imprensa e política externa, é importante estabelecer quais escolhas podem ser adotadas sobre quais partes dos jornais devem ser analisadas. A observação e leitura atenta de todas as sessões dos jornais que contenham algum tipo de notícia, informação ou opinião, excetuando-se as sessões dedicadas a anúncios e propagandas, podem ser levadas em consideração, principalmente se compreendermos, novamente, o jornal tanto como fonte quanto como objeto de pesquisa, postura esta que aqui estamos defendendo ser algo inseparável. Portanto, não somente os artigos e editoriais podem ser analisados se o objetivo da pesquisa for uma análise mais complexa das relações entre imprensa e política externa, onde as opiniões mostram-se mais evidentes. Justamente para termos uma visão mais abrangente dos ambientes e mapas políticos construídos pelos jornais, pode-se observar um escopo bem maior de informações, indo além do explícito. Conforme já observado anteriormente, muitas vezes aquilo que está “escondido” ou “esquecido” pelo jornal pode ser muito significativo do mapa político que o periódico está querendo construir. Também nesse sentido, a própria disposição espacial da notícia ou artigo é muito importante, pois mostra o destaque, ou a falta de importância, que o jornal quer dar ao acontecimento.



Também é importante ressaltar, à luz de tudo o que já foi afirmando, que, quando afirmasse que alguma informação ou ideia é o “pensamento do jornal”, mesmo tendo sido assinado por um colunista com opiniões divergentes, nesse caso, pode-se afirmar que qualquer coisa descrita ou exposta no jornal, de certo modo, contribui para a formação de determinados mapas políticos, de modo que, escondidos atrás de certa “imparcialidade” tornam-se mais legítimos frente aos seus leitores. Como observamos anteriormente, há uma polifonia de ideias e pensamentos nos jornais, o que já estava presente, pelo menos, desde o final do século XIX em diferentes periódicos. No entanto, os jornais continuaram possuindo uma linha editorial bem definida, abrindo espaços esporádicos ao contraditório ou a críticas mais desconexas.

Sendo assim, podemos assumir como pressuposto que todo o conteúdo do jornal, antes de ser publicado, passou pelo aceite dos seus editores ou mesmo dos proprietários e, mesmo que não fossem as suas opiniões pessoais, ainda sim, eram as opiniões expressadas pelo jornal e também contribuíam para formar determinados ambientes e mapas políticos, mesmo que o objetivo tenha sido apenas legitimar uma suposta “imparcialidade” do jornal. É exatamente por isso que não se leva em consideração apenas os editoriais ou os artigos que endossassem a linha editorial do jornal, pois é importante compreender o jornal como um todo, todas as opiniões, concordantes ou discordantes da linha editorial. Ou seja, todas essas informações e opiniões contribuíam para formar o mapa político construído pelos jornais aos seus leitores. E nesta perspectiva chegamos apenas se consideramos o jornal não apenas como um mero depositário de informações, mas ele próprio sendo um agente político e, portanto, também um objeto de pesquisa. Mesmo as opiniões discordantes de alguns articulistas contribuíam para, no mínimo, legitimar o jornal frente a parcelas da opinião pública, tentando construir um ar de “imparcialidade” ou “isenção”, característico de alguns periódicos. É também por esta perspectiva que consideramos o jornal, ou outro meio de informação qualquer, como também um objeto de pesquisa, e não apenas como uma fonte de informações factuais.

Nesse sentido, devemos sempre lembrar que cada jornal merece ser analisado em sua especificidade, pois cada um contribuiu para criar e difundir um mapa político específico frente ao seu público leitor, de acordo com os interesses defendidos por cada periódico ou pelo grupo sócio-político ao qual ele estava vinculado. No tópico seguinte poderemos perceber, de forma prática,



porém introdutória, um exemplo de como podemos perceber a imprensa periódica à luz dos pressupostos acima expostos.

UMA BREVE ANÁLISE DE CASO: IMPRENSA E POLÍTICA EXTERNA NO BRASIL NO CASO DA LIGA DAS NAÇÕES (1926)

Quando analisamos especificamente as relações, no início do século XX, entre a imprensa e a política externa, algumas observações importantes devem ser detalhadas à luz de tudo o que já foi exposto. Concordando com o já exposto por Cohen e Naveh sobre o importante papel da imprensa na criação de “mapas” que servem como um tipo de guia para o seu público leitor, acreditamos que a imprensa possuía uma capacidade ainda mais dinâmica e relevante na informação e formação do seu leitor em específico. Uma análise mais minuciosa e criteriosa de dois importantes jornais da grande imprensa brasileira do início do século XX na capital federal mostra-se um exemplo bastante significativo para esta análise. Ao nos debruçar sobre as páginas do Jornal do Commercio e do Correio da Manhã, ambos do Rio de Janeiro, podemos atentar para os ganhos analíticos ao percebermos os jornais tanto como objeto e fonte de pesquisa, além da compreensão a partir da chave teórica dos mapas e ambientes políticos.

A primeira pista disso é a importância que os jornais davam ao noticiário internacional em detrimento das notícias e informações do cenário político e social doméstico nos principais órgãos da imprensa. Por exemplo, mesmo em períodos de grandes tumultos políticos e sociais no Rio de Janeiro, com algumas exceções, os telegramas internacionais vinham em destaque nos periódicos (Oliveira, 2024, p. 91). Provavelmente, o destaque dado ao noticiário internacional ainda era um resquício dos anos da Primeira Guerra Mundial, ou seja, o enfoque dado à política internacional nos tumultuados anos de guerra ainda permanece como um foco de interesse aos públicos leitores desses jornais, apenas sendo ultrapassado pelo noticiário nacional em casos muito específicos.

Durante todo o imbróglio das eleições presidenciais de 1919, por exemplo, após o falecimento do presidente Rodrigues Alves e durante o governo provisório de Delfim Moreira, os jornais pouco deram destaque para as disputas políticas internas, pelo menos se comparada à cobertura feita do noticiário internacional de final de guerra. Com exceção do Correio da Manhã, que chegou a



fazer uma grande campanha pela candidatura de Ruy Barbosa nessas eleições, mesmo o próprio jornal abandona a cobertura do pleito presidencial em destaque ao ver a candidatura do jurista minguar em detrimento do então senador Epitácio Pessoa, que, nessa altura dos acontecimentos, foi eleito presidente do Brasil mesmo estando na França como chefe da delegação brasileira na Conferência de Paz e na criação da Liga das Nações (Oliveira, 2024, p. 91-92; Lacerda, 2013). Normalmente, mesmo a cobertura das eleições nacionais era preterida em relação aos informes vindos do exterior.

Para o ano específico de 1926, breve recorte temporal aqui analisado, o Brasil se encontrava como um importante membro ativo da Liga das Nações, principalmente em seu Conselho Executivo, seu órgão mais seletivo e importante. Nesta instituição criada a partir dos escombros da Primeira Guerra Mundial com o objetivo de evitar um novo conflito mundial, o Brasil se viu em meio a disputas internacionais que emergiram ao final da guerra, principalmente a partir do pleito alemão por um assento permanente no referido Conselho Executivo, posição esta que o governo brasileiro de Artur Bernardes (1922-1926) também pleiteava. No entanto, o Brasil desencadeia uma grande crise diplomática a partir de março de 1926 ao vetar o ingresso da Alemanha, atitude esta que o Brasil possuía por direito de acordo com as regras da própria instituição (Garcia, 2000; Santos, 2003).

A partir deste contexto, podemos proceder a uma breve análise comparativa dos dois importantes jornais cariocas, percebendo como cada um foi responsável por, ao mesmo tempo, construir e difundir diferentes mapas e ambientes políticos para o campo da política externa, sem perder o foco teórico-metodológico de compreensão do jornal tanto como fonte quanto como objeto de pesquisa.

O Jornal do Commercio era lido pela elite política e econômica do Rio de Janeiro e custava o dobro do preço do Correio da Manhã. Seu proprietário era Felix Pacheco, então ministro das relações exteriores de Artur Bernardes, sendo este um caso exemplar da relação entre política e imprensa na Primeira República brasileira.

Em linhas gerais é um jornal de situação, de apoio ao governo, praticamente um órgão extraoficial do governo Bernardes, de amplo apoio às atitudes do presidente, tanto nas políticas interna quanto externa. Demonstra, inicialmente, uma visão alinhada à atuação do Brasil na Liga,



corroborando todas as ações do Brasil e tecendo vários elogios à atuação brasileira, ao presidente, ao ministro do exterior e aos diplomatas.

Percebe que o Brasil possui uma grande chance de ter uma inserção internacional mais proeminente em sua atuação na Liga, uma vez tendo sido um dos membros fundadores da instituição, em 1919, e tendo sido membro temporário do seu Conselho Executivo desde a fundação. Também argumenta que, tirando as potências centrais, é o país que mais contribui financeiramente para a instituição, o que ilustraria a sua importância junto ao órgão de Genebra.

Além desses argumentos, também o da representatividade geográfica do continente americano e devido à ausência dos Estados Unidos da América são utilizados como justificativa para pleitear um assento permanente. Aqui, o governo brasileiro e o jornal até se utilizam de uma retórica pan-americana, de representatividade da América, mas justamente para defender o multilateralismo proposto inicialmente pela Liga, e não um pan-americanismo isolacionista, que se aproxima mais do pensado pelo Correio da Manhã. Em editorial o jornal afirma que na ausência dos Estados Unidos os títulos do Brasil são “incontestáveis, claros, evidentes”. Continuando, o periódico confirma que

O Brasil, sendo o que é, merecia o lugar permanente, não só por ser um dos grandes países do mundo, como para dar à Liga o caráter de universalização, sem o qual não poderá viver. [...] ceder nesse particular seria para o Brasil renunciar ao seu princípio de representação americano. [...] todos os brasileiros devem, entretanto, estar ufanos com o que se obteve (*Jornal do Commercio*, 19-03-1926, p. 2).²

O periódico via na Liga a oportunidade da maior projeção internacional em uma nova ordem pós-guerra de emergência do multilateralismo, onde os pequenos países e potências médias poderiam adquirir maior poder nesse novo cenário. Em um contexto multilateral pós-guerra esses ganhos possíveis estavam nos cálculos do governo brasileiro e também no do *Jornal do Commercio*.

Portanto, o *Jornal do Commercio* defendia um multilateralismo que era o idealizado pela Liga desde a sua fundação a partir dos 14 pontos de Wilson, presidente dos Estados Unidos da América

² A grafia das citações dos jornais foi adaptada à norma culta do português vigente no momento da escrita desse artigo (2025), pois a sua adequação não incorre em nenhum prejuízo analítico e facilita a leitura e fluidez do texto.



durante a guerra, mas que vinha sofrendo muita resistência pelas potências europeias, que insistiam em praticar uma velha diplomacia, secreta e bilateral. Mesmo assim, o Brasil insistia na Liga como o local privilegiado da nova ordem multilateral, onde deveria atuar.

No entanto, agora já criticando a nova ordem imposta pela Liga e defendendo o multilateralismo após o anúncio da saída do Brasil da instituição, o editorialista afirma que

É tempo das velhas nações que ainda dispõem de força militar, perderem o fetichismo de seu poderio, que não raro degenera em prepotência e considera que o homem é o mesmo em toda a orbe, que só se diferencia pela cultura e que esta não é privilégio nem patrimônio exclusivo de ninguém (*Jornal do Commercio*, 11-06/-926, p. 3).

Nesse contexto o jornal passa a atacar a Liga, questionando agora a sua utilidade e mantendo a relevância do multilateralismo wilsoniano. O jornal reafirma que

O que se passou ontem [17 de março] em Genebra foi um espetáculo histórico, que podemos registrar com a satisfação do dever cumprido, e com a ufania de quem soube dar conta de um mandato legítimo e decorrente da própria natureza das coisas. [...] O Brasil não poderia, portanto, aceitar o critério de subordinar o caráter essencial de universalidade da Liga, os seus grandes fundamentos humanos e jurídicos aos interesses transitórios da política regional da Europa” (*Jornal do Commercio*, 18-03-1926, p. 3).

Portanto, o *Jornal do Commercio* pode ser compreendido como um grande defensor das ideias que o então governo brasileiro gostaria de difundir frente à opinião pública. O governo Bernardes e seu ministro Felix Pacheco gostariam de utilizar a atuação do Brasil na Liga e a busca por um assento permanente como uma grande vitrine internacional de boas notícias para o seu público doméstico, defendendo a instituição e o multilateralismo wilsoniano de pós-guerra. Nesse contexto, o *Jornal do Commercio* foi tanto um órgão de difusão desses ideais como um potente instrumento na formação de mapas e ambientes políticos frente a um determinado setor da opinião pública, notadamente o da elite política e econômica do Rio de Janeiro.

Já o *Correio da Manhã* era o jornal mais acessível do Rio de Janeiro nos anos 1920 e de maior tiragem, custando metade do preço diário se comprado ao *Jornal do Commercio* e atingindo um público substancialmente maior. Justamente por isso era um jornal de diagramação mais moderna, com linguagem mais acessível e com fotos e charges em sua composição.



Em linhas gerais era um jornal de oposição contundente ao governo Bernardes, se colocando ao lado do “povo”, segundo seus próprios editoriais. Era conhecido como um jornal de opinião, o que fica demonstrado em longos e eloquentes editoriais, sempre usando uma linguagem afiada e irônica. Eram costumeiros os ataques pessoais aos membros do governo e do Itamaraty, principalmente quando questionavam a pompa e opulência em que os diplomatas viviam naquele ministério.

Como jornal de oposição foi contrário não somente à atuação do Brasil em 1926 na busca por um assento permanente, mas na própria atuação do Brasil na instituição internacional durante todo o governo Bernardes. O *Correio da Manhã* foi um grande crítico da Liga, vista como um instrumento da velha Europa e do seu imperialismo. Era vista como uma instituição fracassada e que só valia para atender aos interesses dos europeus e que, por isso, o Brasil não deveria se meter nesses assuntos. Em editorial o jornal afirmava, de forma categórica e explícita:

Que é que daqui, deste nosso recanto sossegado da America, temos a ver com as prevenções latentes da Inglaterra e da França contra a Rússia, com os rancores surdos da Alemanha contra a Polônia [...]. Nada, absolutamente nada (*Correio da Manhã*, 17-03-1926, p. 2).

Por outro lado, priorizava a ação externa do Brasil em aliança com os países americanos, com os quais teria muito mais interesses convergentes. O Brasil deveria manter-se sob a órbita dos EUA na defesa de um pan-americanismo sob a liderança do irmão do norte. Essa postura fica muito evidente em trechos como o exposto abaixo, retirado de um editorial publicado no contexto do anúncio da saída do Brasil da Liga das Nações:

A retirada determinada pelo governo tem a aprovação do país inteiro e a sua ação significa que serão mais íntimas as relações do Brasil com as nações americanas, especialmente os Estados Unidos. Mais do que nunca, o Brasil deverá seguir as orientações dos Estados Unidos, idealizando as mais amplas relações de amizade entre todas as nações dos continentes americanos (*Correio da Manhã*, 16-06-1926, p. 1).

Ao elogiar um artigo do então deputado Lindolpho Collor, o editorialista parabeniza o congressista e também enaltece a possível proximidade entre o Brasil e os Estados Unidos, tecendo comentários elogiosos ao vizinho do norte. Afirma o jornal, citando Collor, que:



As tendências manifestadas desde os primórdios da independência, pelos próceres americanos, de organizar e dar corpo aos ideais pan-americanos, pelo estabelecimento do regime do direito entre os povos do nosso continente como garantia da justiça e da paz são já uma expressão bem nítida desse espírito de cooperação, que a Liga das Nações, formada sobre a influencia direta do Presidente Wilson, quis estender e universalizar (*Correio da Manhã*, 16-10-1926, p. 3).

Neste contexto, o pan-americanismo do jornal é defendido em vários editoriais e em artigos assinados. Essa aproximação com os vizinhos americanos é vista como um tipo de vocação histórica pelo jornal, onde o isolacionismo continental era visto de forma antagônica ao atraso da velha Europa. Nesse contexto, podemos compreender que a Primeira Guerra Mundial acelera e acentua essa visão de que a Europa representa agora o atraso e de que a América é o novo. Portanto, passada a guerra, é importante destacar os impactos que este conflito trouxe para o Brasil. Segundo Olivier Compagnon, a guerra provocou uma crise de identidade nas elites latino-americanas, na medida em que deixou a América Latina órfã pela segunda vez em menos de cem anos. Se referindo principalmente aos contextos argentino e brasileiro,

[...] a Grande Guerra devolve as elites argentinas e brasileiras – órfãos pela segunda vez após a perda da mãe pátria ibérica um século antes – às raízes mais profundas de sua identidade. [...] Na medida em que as fumaças dos obuses não mais permitem vislumbrar o farol da modernidade europeia que guiara o destino dos jovens Estados latino-americanos desde sua independência, os anos 1920 e 1930 correspondem a uma fase de questionamentos identitários na qual a ideia de nação ocupa um lugar fundamental (Compagnon, 2014, p. 324).

Portanto, o *Correio da Manhã* representa bem esta nova visão ligada a uma maior aproximação com os países da América na defesa de um pan-americanismo muito crítico aos abalos políticos europeus. Como observamos anteriormente, o *Jornal do Commercio* também se utiliza dessa retórica pan-americana, mas apenas para defender o multilateralismo e o legado de Woodrow Wilson, como já afirmado.

CONCLUSÃO

Os jornais periódicos ou outras mídias semelhantes se constituíam como local privilegiado das disputas políticas e como meio de construção de ambientes políticos que interessavam a determinados setores da sociedade, os quais gostariam de influenciar. A construção de



determinados ambientes políticos, conforme já analisado por Naveh (2002) e Cohen (1963), foram criados e difundidos pelos jornais, de modo que, cada um dos periódicos contribuem para influenciar determinados setores da opinião pública que são suas leitoras, como procuramos demonstrar com a breve e introdutória análise dos jornais cariocas.

Portanto, os periódicos procuram criar um ambiente favorável às suas posições de política externa e de atuação no exterior, dando destaque aos temas e assuntos que melhor exemplificam este mesmo ambiente em que querem atuar e influenciar. Os periódicos, nesse caso, tornam-se importantes casos de estudo para perceber como as elites políticas atuam na formação de consensos para atuação e formulação de agendas para a política externa, construindo ambientes e mapas políticos específicos de acordo com seus interesses políticos e projetando diferentes possibilidades para a política externa.

Procuramos, portanto, compreender o jornal em toda a sua complexidade, entendendo-os principalmente como importantes atores políticos e objeto de análise, e não somente como fonte de pesquisa. Toda esta complexidade se materializa nas diferentes metodologias de análise, observando não somente os editoriais e artigos, mas também os noticiários, o posicionamento dessas notícias dentro do jornal, ou mesmo o destaque que era concedido ou negado a uma determinada informação. A importância dos não-ditos ou dos esquecimentos na análise comparada de jornais, nesse contexto, adquire uma relevância primária. Na análise de caso exposta acima não foi possível abordar todos esses aspectos, dada a limitação de espaço. Apenas procuramos salientar e demonstrar a importância de compreender o jornal em toda a sua complexidade e seu potencial de criador e difusor de determinados mapas políticos da realidade que o jornal quer realçar.

Conforme já nos alertou Douglas Kellner, “aprendendo como ler e criticar a mídia, resistindo à sua manipulação, os indivíduos poderão fortalecer-se em relação à mídia e à cultura dominantes. Poderão aumentar a sua autonomia diante da cultura da mídia e adquirir mais poder sobre o meio cultural” (Kellner, 2001, p. 10). Para um historiador, portanto, “um jornal é um caminho para compreender os pontos de vista, interesses, visões de mundo, pressões e contrapressões que se escondem por dentro e por trás dos textos jornalísticos” (Barros, 2023, p. 21).



É importante, assim, não compreendermos uma simples divulgação de notícia, ou mesmo um explícito editorial, como algo passível de ser entendido como “isento” ou “imparcial”, pois toda a construção de um jornal, as notícias que serão dadas ou escondidas, dizem muito sobre o mapa político que o jornal está procurando construir para o seu público leitor. Mais uma vez, como afirmou Bernard Cohen, “A imprensa [...] pode não ser bem-sucedida na maioria das vezes em dizer às pessoas o que pensar, mas é incrivelmente bem-sucedida em dizer aos leitores o que pensar sobre” (Cohen, 1963, p. 12). Sendo assim, compreender o jornal impresso no contexto em que o analisamos nos permite revelar a sua importância para esta mesma sociedade, além de abrir possibilidades de análise e compreensão historiográfica em outros contextos históricos, sempre considerando a historicidade de cada momento. Este tipo de análise também permite a reflexão dos usos da imprensa pela historiografia e a relevância para o senso comum que este meio de comunicação adquiriu ao longo do processo histórico. Portanto, podendo ser um jornal impresso, um jornal digital ou até mesmo uma rede social, é fundamental entendermos que por trás de qualquer opinião ou notícia há uma perspectiva ideológica, sendo ela explícita ou não. Por isso mesmo, os jornais, assim como os cartógrafos produtores de mapas geográficos, contribuíram e ainda contribuem para a formação e difusão de determinados mapas políticos específicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jorge. (2011) A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci. In. Revista Compólitica, n. 1, vol. 1, ed. março-abril, p. 120-132.
- BARBOSA, Marialva. (2007) História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X.
- BARROS, José D’Assunção. (2023) O Jornal como Fonte Histórica. Petrópolis: Vozes.
- CAMARGO, Julia Faria. (2012) Mídia e Relações Internacionais: lições da invasão do Iraque em 2003. Curitiba: Juruá.
- CERQUEIRA, Rodrigo. (2005) Diários do Príncipe: Imprensa e política externa no governo Cardoso (1995-2002). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais. PUC-Rio, Rio de Janeiro.



COHEN, Bernard Cecil. (1963) The press and foreign policy. Princeton: Princeton University Press.

COMPAGNON, Olivier. (2014) O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra. Rio de Janeiro: Rocco.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 1919-1916. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_03&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=0. Acessado em 02/12/2025.

DARNTON, Robert. (1990) O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras.

GARCIA, Eugênio Vargas. (2000) O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926). Porto Alegre/Brasília: UFRGS/FUNAG.

GRAMSCI, Antonio. (1999) Cadernos do Cárcere. Vols. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. (2005) Mídia e democracia. Porto Alegre: PG.

HILL, Christopher. (2003) The Changing Politics of Foreign Policy. Palgrave; Macmillan.

JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia. In.: RÉMOND, René (Org.). (2003) Por uma História Política. Rio de Janeiro: FGV, p. 213-230.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 1919-1926. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_11&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=0. Acessado em 02/12/2025

KELLNER, Douglas. (2001) A Cultura da mídia. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC.

LACERDA, Matheus de Medeiros. (2013) Diplomacia Presidencial de Epitácio Pessoa. Da Conferência da Paz à volta ao Brasil. Análise da política externa do presidente eleito. Curitiba: Appris.



LIPPMANN, Walter. (1998) Public Opinion. New Jersey: Transaction Publishers.

MATTEUCCI, Nicola. Opinião Pública. In. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (2007) Dicionário de Política. Vol. 2. Brasília: Editora UNB.

NAVEH, Chanan. (2002) The Role of the Media in Foreign Policy Decision-Making: A Theoretical Framework. In.:Conflict & Communication online, Vol. 1, No. 2.

OLIVEIRA, Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira. (2024) Cartografias impressas: política externa brasileira e imprensa no contexto da Liga das Nações (1919-1926). Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós Graduação em História Social, Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

RISSE-KAPPEN, T. (1991) Public opinion, domestic structure and foreign policy in liberal democracies. World Politics, vol, 43, p. 479-512.

SANTOS, Norma Breda dos. (2003) Diplomacia e Fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. Revista Brasileira de Política Internacional. N. 46, vol. 1, p. 87-112.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1983) História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Martins Fontes.

ZICMAN, Renée. (1985) História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. V. 4 Jan/Dez.

